

## Explosivos não detonados provocam a morte de índios da tribo Saterê-Mauê

Folha da  
Tarde 16-6-84

Mais de 100 cartuchos não detonados de explosivos sísmográficos, utilizados em prospecção geofísica, foram encontrados na reserva dos índios Saterê-Mauê. Os explosivos foram descobertos depois que a empresa "Elf Aquitaine", que pesquisava a viabilidade da exploração de petróleo na região, abandonou o local e quatro índios morreram em consequência da manipulação e ingestão de substância explosiva.

No fim de 1982, a "Elf Aquitaine" firmou contrato de risco com a Petrobrás para pesquisa de petróleo em áreas indígenas demarcadas, pertencentes aos Saterê-Mauê. E a Petrobrás assinou com a Funai um convênio que estabeleceu as condições para que a exploração não afetasse a reserva indígena. A empresa francesa contratou os serviços da Companhia Brasileira de Geofísica e iniciou, no começo de 1983, a prospecção, durante

a qual foram realizadas numerosas detonações, todos os dias.

Índios e antropólogos do Centro de Trabalho Indigenista denunciaram o desmatamento e destruição na área, que causou enormes prejuízos à vida dos Saterê-Mauê. Segundo o advogado dos índios, Dalmo Dallari, "o contrato de risco e o convênio já eram ilegais e inconstitucionais porque afetavam o direito dos índios à ocupação e usufruto exclusivo das riquezas da área, assegurados pela Constituição". Não bastasse isto — acrescenta Dallari —, quando a "Elf" abandonou o local, em razão da falta de interesse comercial na exploração de petróleo, deixou cartuchos de explosivos não detonados que foram descobertos pelos índios. A utilização do pó explosivo para fins domésticos acabou levando à morte quatro índios e chamando a atenção para o inusitado "esquecimento".

### DUAS REUNIÕES

Dallari já se reuniu duas vezes com representantes da empresa francesa para esclarecer a situação e discutir a responsabilidade da "Elf Aquitaine" no caso. Na primeira reunião, em São Paulo, a empresa não admitiu a possibilidade de terem sido deixados explosivos não detonados no local, alegando que o sistema utilizado nessas explosões sísmográficas, em que uma corrente elétrica detona os cartuchos em sequência, não admite a possibilidade técnica de restarem explosivos intactos. Na segunda reunião, porém, a "Elf" já reconheceu a existência dos cartuchos não detonados no local, mas não ofereceu qualquer explicação sobre a existência de "impossibilidade técnica" de terem restado explosivos intactos. Na ocasião, os representantes da "Elf" decidiram

realizar uma investigação dos danos no local das explorações, juntamente com os índios, para verificar o total dos prejuízos a serem indenizados.

Segundo um relatório elaborado pelo Centro de Trabalho Indigenista e pelos índios Saterê-Mauê, depois de minucioso levantamento dos danos materiais produzidos na região, a empresa francesa teria que indenizar os índios em Cr\$ 320.014.160,00. A "Elf Aquitaine", entretanto, não aceitou esse cálculo e pagou aos índios uma indenização de 13,8 milhões. Segunda-feira próxima será realizada uma reunião entre os representantes dos Saterê-Mauê, da direção da empresa, da Funai, do Centro de Trabalho Indigenista e o advogado Dalmo Dallari para discutir-se mais concretamente o montante devido aos índios como indenização pelos prejuízos causados à sua reserva.